



Estudo compara sobrevida de pacientes com câncer em tratamento nas redes pública e privada

Carolina Pau Comerlato / 2 de maio de 2024

Saúde | A partir da análise de 132 mil casos de 17 tipos de câncer, pesquisadores observaram melhores prognósticos nos pacientes do sistema privado, mas alertam que há muitas variáveis que interferem nesse desfecho

*Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

“A gente pensava na época que, por ser um projeto que iria envolver dados pré-coletados, seria fácil de conseguir os resultados”. É dessa maneira que Patrícia Klarmann Ziegelmann, doutora em Estatística e professora do Programa de Pós-graduação em Epidemiologia da UFRGS, inicia o seu relato. Ao narrar a liderança de um projeto inovador na pesquisa sobre o câncer, Patrícia acabou traçando um retrato sobre a importância e a dificuldade de se fazer ciência no Brasil.

Em um cenário de escassez de dados brasileiros sobre sobrevida de pacientes oncológicos, a pesquisadora se uniu a Juliana Giacomazzi, biomédica e pós-doutoranda no mesmo programa, para desenvolver um estudo inédito. O objetivo era estimar a sobrevivência global em cinco anos de indivíduos com câncer em tratamento nas redes pública e privada no Rio Grande do Sul, partindo de informações já coletadas pelos hospitais para analisar os 17 tumores mais incidentes no país. Essa parte inicial, contudo, foi bem mais complexa do que se imaginava.

Primeiros obstáculos

Os Registros Hospitalares de Câncer (RHC) são centros de coleta, armazenamento, processamento e análise de informações de pacientes atendidos em uma unidade hospitalar com diagnóstico confirmado de câncer. Embora o funcionamento de um RHC e o envio regular dos dados seja obrigatório para os hospitais habilitados na Atenção Especializada em Oncologia do SUS, os pesquisadores se depararam com diversas dificuldades no processamento dessas informações.

Segundo Patrícia, o acesso dos próprios hospitais a esses dados é dificultado – seja pela falta de equipe, seja pela precariedade dos equipamentos e sistemas internos. Houve instituições, por exemplo, em que o tempo de espera para obtenção dessas informações chegou a dois anos. Além disso, mesmo após extraídos os dados, muitos erros precisavam ser compreendidos e consertados para que as informações pudessem ser englobadas na pesquisa.

Para ela, parte desse obstáculo se dá pela falta de entendimento das instituições sobre a relevância desses materiais. O próprio Ministério da Saúde indica que a principal função desse monitoramento é clínica. Nesse sentido, informações valiosas podem estar sendo tratadas meramente como uma burocracia. “Como não há devolutiva, [as instituições] não sabem a importância desses dados para a melhoria dos cuidados do paciente”, pontua Patrícia. “Não foram dados criados para estimar sobrevivência, mas podem ser utilizados para isso”.

Na prática

A sobrevivência global considera o tempo entre o diagnóstico e a morte por qualquer causa. Um estudo que compreenda essa estimativa é importante porque, no seu todo, mesmo os estudos clínicos mais promissores abrangem uma parcela muito específica de indivíduos. Sendo assim, trabalhar com “dados de mundo real” vem sendo a grande novidade das pesquisas na área da saúde. Conforme esclarece Patrícia, “os estudos clínicos continuam tendo a sua validade, mas também é importante vermos o que acontece na prática: nosso projeto é isso”.

Para fazer essa estimativa, dados de 19 dos 27 registros de câncer de base hospitalar existentes na época no RS foram integrados aos do Sistema de Informação Sobre Mortalidade (SIM), analisando indivíduos que tiveram diagnóstico confirmado de 2005 a 2017 – com ajuste para idade, sexo e situação econômica. Entre os mais de 132 mil casos, foi identificado que, para 13 dos 17 tipos de câncer estudados, a sobrevida em 5 anos dos pacientes do sistema privado foi significativamente maior do que para pacientes tratados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Para o câncer de próstata, por exemplo, as taxas eram de 86,3% e 77%, respectivamente.

Analisando os dados

Coautor do estudo, o oncologista da Santa Casa de Porto Alegre Rafael José Vargas Alves alerta para a cautela na análise de dados. Segundo ele, não se pode cair em uma falácia de que o tratamento fornecido pelo SUS é pior.

“Existe uma série de outras variáveis que não são visíveis no banco de dados, mas que corroboram para que [pacientes do SUS] tenham pior prognóstico”
— Rafael José Vargas Alves

É importante salientar que as parcelas menos favorecidas da população estão expostas a mais fatores de risco. A diferença de acesso a um diagnóstico precoce, por exemplo, pode estar intimamente ligada à falta de acesso à informação e à dificuldade na procura por atendimento. Nessa perspectiva, um estudo recente da Organização Mundial da Saúde (OMS) prevê um aumento de 77% dos casos de câncer em 2050. A instituição indica que o tabaco, o álcool e a obesidade são os principais fatores por trás desse aumento das taxas, além de que “o rápido crescimento da carga global de câncer reflete as mudanças na exposição das pessoas a fatores de risco, vários dos quais estão associados ao desenvolvimento socioeconômico”.

Novas perspectivas

Diante disso, Sheila Schuch Ferreira, coautora da pesquisa e médica oncologista da Secretaria Estadual da Saúde, atenta para a noção de que “não podemos só focar no tratamento, precisamos implementar ações que diminuam os riscos”. Para ela, os dados do estudo são “extremamente relevantes em função das informações que eles abrigam para que se possa planejar e estruturar as estratégias de saúde pública”. Isso se alinha ao grande objetivo dos pesquisadores ao iniciarem o estudo, de “que a sobrevida seja vista com a devida importância para avaliar o cuidado e a assistência do paciente”.

O estudo segue na ativa e tem planos ainda maiores de continuação. Por ora, os resultados encontrados podem ser conferidos no periódico *Journal of Clinical Oncology*. Para Patrícia, o que deve ficar de legado não são as discrepâncias analisadas, mas o que se pode fazer para alterar essa realidade. A pesquisadora também espera que as métricas já coletadas sejam olhadas com um maior cuidado. “Fazemos pesquisa acadêmica porque acreditamos que ela de alguma forma pode mudar a vida das pessoas”, conclui.

:: Posts relacionados



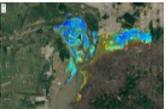
Catástrofe climática prejudica a distribuição de medicamentos pelo SUS no Rio Grande do Sul



Doenças raras e a catástrofe ambiental no RS



A cobertura da tragédia na tela da TV



Repositório de mapas da UFRGS dimensiona a tragédia no RS e fornece informações detalhadas

:: ÚLTIMAS



Carta aos leitores | 13.06.24



Conhecimento do português proporciona acolhimento para imigrantes que vivem no Brasil



Movimento de plataforma de trabalho docente



O Direito e a prevenção de desastre ambiental



Atuação do NESA-IPH frente às inundações



A presença negra num bairro riograndino



Carta aos leitores | 06.06.24



A cultura Hip Hop expressa sua coletividade em espaços que demarcam sua presença no RS



Impercepção botânica na política ambiental



Árvores podem aliviar deslizamentos e enchentes

INSTAGRAM

Jornal da Universidade UFRGS
@jornal da universidadeufrgs

Follow

REALIZAÇÃO

JORNAL DA
UNIVERSIDADE

UFRGS
SECOM

UFRGS

CONTATO

Jornal da Universidade
Secretaria de Comunicação Social/UFRGS

Av. Paulo Gama, 110 | Reitoria – 8. andar | Câmpus Centro |
Bairro Farrroupilha | Porto Alegre | Rio Grande do Sul | CEP:
90040-060

(51) 3308.3368

jornal@ufrgs.br

View on Instagram